

# Polícia trabalha com serviços mínimos

● Armando Ferreira, presidente do Sinapol, afirma que o modelo de policiamento nos Açores é efectuado "com os serviços mínimos", devido à falta de recursos humanos

LUIS PEDRO SILVA  
silva@acorianorienteal.pt

A falta de efectivos da Polícia de Segurança Pública (PSP) nos Açores faz com que haja esquadras a trabalhar com 15 elementos, cumprindo apenas os "serviços mínimos", segundo Armando Ferreira, presidente do Sindicato Nacional da Polícia (SINAPOL).

A esquadra do Nordeste, apenas com 13 elementos, apresenta-se como um exemplo flagrante da falta de efectivos da PSP, pois muitas vezes apenas trabalha um polícia no turno da noite.

"Estamos quase a prestar serviços mínimos. Existem esquadras com 15 a 20 elementos, quando o que seria desejável seriam esquadras com 40 a 50 polícias", conta o presidente do SINAPOL.

O representante do sindicato aponta que a solução para a falta de efectivos resolve-se com a entrada de mais elementos para a PSP.

"Começaram a ser formados mil polícias, em Dezembro, mas 160 pessoas já desistiram. Os novos polícias não são suficientes, porque neste momento já existe uma lista de 300 polícias em situação de pré-reforma", analisa o sindicalista.

A falta de renovação das viaturas policiais nos Açores e a dificuldade da realização de acções de formação, sobretudo no Continente, são alguns dos problemas sentidos pelos agentes da PSP no arquipélago.

A mudança dos horários nas esquadras dos Açores, com a mudança dos turnos de oito horas para seis horas, com um período de descanso mais reduzido, abriu uma guerra entre o SINAPOL e Divisão da PSP de Ponta Delgada.

Armando Ferreira assume que "a mudança dos horários não pode ser efectuada sem haver negociação sindical" e chegou a falar directamente com "o Comandante Regional dos Açores sobre este assunto".

"O superintendente Barros Correia demonstrou abertura para uma negociação e resolução do problema. Ser á encontrada uma solução que permita agradecer aos agentes e à estrutura policial", revelou.

O sindicalista também contesta o atraso no cumprimento dos novos índices remuneratórios definidos com o novo Estatuto da PSP.

"O Estatuto entrou em vigor há 14 meses, mas ainda continuamos a receber pela tabela remuneratória antiga", frisa.

O líder da SINAPOL acrescenta haver "injustiças" com polícias com 16 anos de serviço a receberem "apenas mais 1,8 euros", em comparação com os polícias com cinco anos de serviço. ♦

● "Há esquadras com 15 a 20 elementos, quando o que seria desejável seria entre 40 a 50 polícias"

● "Enquanto não fizermos a unificação das polícias em Portugal, vai continuar a haver falta de efectivos"



Armando Ferreira aponta a falta de efectivos como o principal problema da PSP nos Açores

## Sindicato da polícia defende unificação das forças de segurança

Armando Ferreira considera que a melhor solução para enfrentar o problema crónico da falta de elementos será a unificação da Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Judiciária e Polícia Marítima.

"Enquanto não fizermos uma unificação das forças de segurança em Portugal vai continuar a existir falta de efectivos. A criação de um organismo policial único permite diminuir os custos e se calhar a possibilidade de aumentar os ordenados dos polícias", salienta o representante do SINAPOL.

O sindicalista aponta como principal vantagem da criação de uma polícia única a possibilidade de existirem menos agentes com funções administrativas, porque haveria apenas uma estrutura de comando. "Com este sistema passava a haver apenas uma secretaria, um comandante, uma unidade. Tudo isto, iria permitir libertar mais efecti-

vos para desempenhar funções na rua, em funções de patrulhamento", explica Armando Ferreira.

O líder do sindicato admite a existência da oposição das "chefias" a este novo modelo de policiamento. "Deixava de haver dois comandantes gerais, duplicação dos comandantes distritais e reduzia-se o número de chefias. O problema é que cada um pretende ser o dono da sua quinta", acrescenta o representante sindical.

Armando Ferreira sublinha que no contexto de crise económica nacional os deputados da Assembleia da República deveriam alterar a lei e criar uma polícia nacional.

"A decisão de criar uma polícia nacional é uma competência exclusiva da Assembleia da República. O Governo não tem capacidade legislativa para implementar este modelo sozinho, porque é necessário alterar a Lei de Segurança Interna", concluiu o presidente do SINAPOL. ♦



**DECORANGEL**  
interiores

Agora nos Açores

Construção civil | Rapidez de execução

www.decorangel.com | Tel. 969 026 539

Pavimento autonivelante  
Tectos falsos  
Carpintaria  
Mobiliário  
Pinturas  
e outros

